

Francisco
Chunpinus
J. Monteiro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 32

Aos cinco dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e noventa e um, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, em sessão extraordinária, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais Nuno Teixeira Lopes Tavares e Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, respectivamente Primeiro Secretário, em substituição legal do respectivo titular e Segundo Secretário eleito, com a presença dos Vogais, Manuel Simões Madail, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues

Vitor
Man

Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia, José Mendes Macedo Loureiro, Joaquim dos Santos Abreu, Rogério da Silva Leitão, Manuel Pereira Cabral Monteiro, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, José Alberto Martins de Carvalho, Vítor Manuel Barradas de Carvalho Sequeira, Paulo Alexandre de Medeiros Teixeira Santos, Fernando Santos Silva, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Maria Natália Gonçalves Leal, António Óscar Moreira Paulo, Elias de Oliveira Vieira, João Ferreira da Peixinha, Ester da Conceição Rocha Martins e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 17,30 horas, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Líbério da Silva Santos, José Carlos da Silva Neves, João Ferreira dos Santos, Olineto da Cruz Ravara e Rogério Mário Madail da Silva.

Imediatamente a seguir o Presidente deu nota do pedido de justificação de falta apresentado pelo Vogal Fernando Tavares Marques, relativa à reunião anterior, o qual foi aceite e considerada justificada a respectiva falta.

Neste momento deram entrada na Sala os Vogais Custódio Ramos e Victor Mangerão.

Antes do início dos trabalhos, o Vogal José Luís Christo, perguntou à Mesa se via algum inconveniente em que propusesse à Assembleia um voto de repúdio pelos recentes acontecimentos em Timor.

Não tendo a Mesa levantado objecções, o referido Vogal formulou o seguinte voto de repúdio: - "Não conheço Timor...! no entanto conheci vários naturais de Timor. Um deles, foi Sargento no Ministério do Exército, onde prestei serviço. Tratava-se de uma pessoa que eventualmente simbolizava todos os Timorenses porque era educadíssimo, amante da sua terra e amante de Portugal; e este facto pessoal leva-me a sentir talvez de maneira diferente e mais profunda, o repúdio, a aversão, o desgosto que eu senti e suponho que todos nós sentimos pelos factos recentemente ocorridos em Timor, relacionados com a repressão brutal das autoridades do país vizinho que quer integrar. Não me vou alongar e suponho que se justifica e por isso proponho que esta Assembleia Municipal manifeste o seu repúdio pelos graves atentados contra a humanidade e contra o direito de autodeterminação do Povo Timorense e que faça chegar às entidades competentes e principalmente aos representantes da Fretilini em Portugal".

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia o referido voto de repúdio, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

okuy
tm -

Continuando no uso da palavra o Presidente da Mesa, submeteu também à discussão e votação a ACTA Nº. 25. Submetida à votação do plenário, mereceu aprovação por vinte e quatro votos a favor e cinco abstenções.

Seguidamente passou-se à apreciação e discussão da agenda de trabalhos:

PONTO Nº. 1 - ENSINO PREPARATÓRIO E SECUNDÁRIO - CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS C+S NO CONCELHO - PROTOCOLO

Deliberação da Reunião da Câmara Municipal de 91.10.14: -"ESCOLAS DO CONCELHO - CONSTRUÇÃO DE NOVAS ESCOLAS C+S: - No seguimento da deliberação tomada em 5 de Agosto, último, foi mais uma vez presente o teor do protocolo relativo à construção de novas Escolas C+S no concelho, nomeadamente Cacia, Glória, S. Bernardo e Aradas, cujo texto foi de novo por todos apreciado e subsequentemente aprovado, por unanimidade, dando-se o respectivo documento aqui como transcrito, ficando o mesmo apenso ao competente processo".



CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

MINUTA DE PROTOCOLO

Considerando que:

pela necessidade da construção de novos edifícios escolares para funcionamento de Escolas C+S no concelho, foram criadas duas escolas, por despacho de Sua Excelência o Ministro da Educação, a construir na Vila de Cacia e em Glória-S. Bernardo;

que os novos edifícios permitem uma melhor distribuição da população escolar, melhorando a rede escolar a nível dos graus de ensino Preparatório e Secundário, diminuindo os elevados custos que a Câmara Municipal dispende com os transportes escolares e possibilita a ministração do ensino directo a todos os alunos;

que o Ministério da Educação incluiu no PIDAC-91 verbas para o efeito e a Câmara Municipal assumiu a comparticipação de 30% da obra de construção, com a condição de ser negociado o edifício da Escola Secundária Homem Cristo, tendo apresentado a proposta de alteração da rede escolar concelhia, donde resulta a criação de uma nova escola na freguesia de Aradas;

que em termos de desenvolvimento normal do PIDAC, o Ministério da Educação dispenderia aproximadamente a verba de 630 000 contos por dois edifícios, do que fica dispensado por a Câmara Municipal, após acordo e a solicitação da Direcção Regional de Educação do Centro, ter candidatado as referidas escolas ao PRODEP:



*Filipez
Im -
Cym*

.2.
[Signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

A DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CENTRO e a CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO acordam o seguinte:

Pela DREC:

- 1 - Obter despacho imediato da criação de ensino C+S em Aradas.
- 2 - Garantir a aprovação das candidaturas apresentadas pela CMA ao PRODEP (70% em todas).
- 3 - Participar através da Direcção de Equipamentos Educativos no processo administrativo de aquisição dos terrenos, se necessária a expropriação dos mesmos.
- 4 - Calendarizar o lançamento dos três edifícios até ao ano de 1993.
- 5 - Desafectar o edifício da Escola Secundária Homem Cristo e proceder à sua entrega à CMA após a construção das duas primeiras escolas.

Pela CMA:

- 1 - Assegurar a comparticipação financeira (30%) nos termos previstos nas candidaturas ao PRODEP.
- 2 - Disponibilizar tecnicamente os terrenos e localizar os edifícios.
- 3 - Proceder à abertura dos concursos, assumindo o lançamento das obras de construção de acordo com a calendarização estabelecida e o projecto-tipo da Direcção de Equipa-



Thury
Am-
Chy

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

mentos Educativos.

- 4 - Obrigar-se à apresentação da candidatura ao PRODEP do edifício a construir em ARADAS (edifício que dispensa o actual da Escola Secundária Honem Cristo), logo que haja Despacho para a criação da escola .
- 5 - Proceder aos estudos necessários em termos de levantamentos topográficos, implantação e enquadramento dos edifícios, bem como dos arranjos exteriores .
- 6 - Comprometer-se a viabilizar a instalação dos Serviços Regionais de Educação no edifício da ex-Escola do Magistério Primário.

COIMERA, 23 DE JULHO DE 1991

PELA D.R.E.C. - *[Handwritten Signature]*

PELA C.M.A. - *Jose Guis Peceira*

*Alcides
Am
Luz*

Neste momento deram entrada na sala os Vogais João Tavares e Coimbra Martins.

Usando da palavra o Presidente da Câmara começou por referir que iria ser breve na sua intervenção. Salientou seguidamente que a matéria hoje a discutir nesta Assembleia é extremamente importante e que poucas reuniões deste plenário terão tido a dimensão da matéria agendada. Prosseguindo, salientou que a Câmara pediu esta reunião extraordinária, não a deixando para a ordinária de Dezembro por uma razão óbvia - é que a aprovação ou não da matéria constante destas propostas, modifica, altera e condiciona o Plano de Actividades e o Orçamento de 1992. Numa altura em que se está a ultimar o orçamento, embora ainda com falhas de alguns elementos e de algumas indicações é importante saber se sim ou não a Câmara vai ter os encargos de correntes de toda esta matéria, que é significativa e que se traduz num compromisso da ordem das centenas de milhares de contos. E como isto pode influenciar o orçamento, entendeu-se conveniente e necessário fazer-se esta reunião extraordinária.

Continuando no uso da palavra, destacou o facto de se tratar de uma Assembleia bastante concorrida e saudou a presença dos muitos jovens presentes, considerando que a sua presença pode até ser útil e proveitosa, pensando também que, na sua grande maioria é o primeiro contacto que estes jovens tomam com o funcionamento de uma instituição Municipal. Entende ainda, que é salutar que os jovens bem como os professores presentes se identifiquem e criem aptências para a vida Municipal, que tem as suas aliciantes e as suas dificuldades.

Abordando seguidamente a questão do protocolo, disse que acerca de dois anos a Câmara foi abordada pelo Ministério, através da Direcção Regional da Educação Centro, para a necessidade da criação de duas Escolas C+S, no concelho de Aveiro, depois da de Oliveirinha; estando no Plano de Investimentos do Ministério, incluir no P.I.D.A.C. do Ministério a construção de duas Escolas, dado o déficite que então havia e há no concelho de Aveiro, em matéria de equipamento Escolar. Assim, o problema foi posto à Câmara de Aveiro, nestes termos: - "o Ministério tem que construir muitas Escolas, o Ministério não tem dinheiro para construir todas e pede às autarquias que participe na construção destas mesmas Escolas". A questão posta desta maneira, levantou a nível do País, reacções diferentes, até porque eram pedidas percentagens também diferentes - a uns Municípios pediam-se 10%, a outros 20% e ainda 30%. Alguns Municípios aceitaram, todavia outros houve que recusaram limitadamente esta proposta; porque, como é sabido em matéria de Ensino Secundário é da competência exclusiva da Administração Central, e a própria Associação de Municípios, incentivava as Câmaras a não aceitarem facilmente esta transferência de responsabilidades sem a correspondente transferência de verbas e meios financeiros para obviar a esta responsabilidade. A Câmara de Aveiro, perante esta situação fez

Aveiro
1973

uma declaração dizendo o seguinte: -"não aceitamos, demais a mais 30%; ou se aceitarmos teremos que ter contrapartidas". - Pensava-se efectivamente na solução do problema da instalação dos Serviços Municipais e na aquisição da Escola Homem Christo, isto numa primeira abordagem - (estava-se ainda no âmbito do P.I.D.A.C.). Posteriormente a Câmara oficiou à Direcção Regional de Educação e ao Ministério, dizendo isto: - "só se fôr possível negociar as instalações da Homem Christo". Entretanto decorreu um lapso de tempo grande e este ano por volta dos meses Maio/Junho, quando a Câmara indagou sobre o andamento do processo e qual o cumprimento do P.I.D.A.C., foi respondido pela Sr^a. Dr^a. Fernanda Mota Pinto, responsável Regional do Ministério, que o Estado não tinha dinheiro e que o Ministério não tinha hipóteses de construir as Escolas e que por isso a Câmara teria que entrar com os 30%, para haver escolas em Aveiro. A Câmara respondeu que não era possível e que a sua posição estava definida e tomada. No entanto a Câmara voltou à sua proposta inicial de negociar como contrapartida a transferência da Homem Christo. Foi um processo naturalmente longo e que levou depois ao presente protocolo. Entretanto a Direcção Regional, coloca à Câmara a seguinte questão -"é possível construir as Escolas se a Câmara aceitar a passagem para o P.R.O.D.E.P.". Isto é, passa-se do P.I.D.A.C, para o P.R.O.D.E.P., significando isto, que o Ministério deixa de ter no seu orçamento a construção das Escolas, indo a Câmara aos Fundos Comunitários buscar os 70%. Naturalmente que a Câmara aceitou, com a condição de ser negociada a Homem Christo. Salientando que, com esta operação o Ministério poupou 640 mil contos, e a Câmara fez a candidatura ao P.R.O.D.E.P.. Simplesmente a extinção desta Escola levanta novamente problemas de equipamento escolar, pois se antes a concretização de duas escolas era considerada a condição mínima para a aprovação do equipamento escolar, a supressão da referida escola agravava esta situação. Face ao problema torna-se necessário construir mais uma escola e surgiu a proposta da criação da chamada escola de Aradas. Por outro lado nas negociações, foi abordado e bem, por parte do Sr. Director Regional a preocupação da instalação dos serviços dependentes do Ministério. Trata-se de um problema sério não só nesta cidade como também em outras cidades, e que radica no facto do Ministério da Educação ter os vários serviços todos dispersos; daí que se levantou a questão de como seria possível nesta negociação resolver o problema das instalações dos vários serviços dependentes do Ministério. São por demais conhecidos os inconvenientes que resultam da dispersão de serviços para os próprios professores, funcionários, etc., que trabalham nos vários organismos, nomeadamente no que se refere a uma boa gestão de serviços. Falou-se então na antiga Escola do Magistério, propriedade da autarquia e que poderia servir para instalar todos esses serviços, referindo-se este aspecto no presente protocolo. A título de esclarecimento, disse que todas as despesas de recuperação da Escola do Magistério, ficarão a cargo do próprio Ministério da Educação.

Aveiro
Am - 1 de Setembro

Relativamente ao interesse da Câmara no edifício da Homem Christo, disse pensar que todos os deputados Municipais estão perfeitamente conscientes das dificuldades que advêm da dispersão dos serviços municipais. A Câmara paga centenas de contos mensais com contratos de locação; por outro lado tem também os Serviços Municipalizados instalados em barracões pré-fabricados, numa situação perfeitamente desumana e insustentável; para além disto há o inconveniente de ter todos os Serviços Municipais dispersos, o que se traduz em incômodos para o cidadão quando tem que tratar de assuntos junto destes organismos; levanta também problemas de gestão na medida em que se torna difícil gerir razoavelmente serviços dispersos. Por tal facto a Câmara tem naturalmente todo o interesse em centralizar serviços, assim não viu outra alternativa que não fosse esta. Por outro lado surgiu também uma conjuntura que é importante ter a coragem de aproveitar - conjuntura esta resultante dos Fundos Comunitários e de todos os factos já referidos. Considerou por isso que é um acto de coragem a Câmara participar com 30%, para a construção destas novas escolas - Cacia, S. Bernardo e Aradas, sendo também do conhecimento de todos os reflexos positivos que estas novas infraestruturas trarão quer para os próprios alunos, quer ainda na redução do custo dos transportes escolares, bem como para o concelho, etc.. Referiu ainda, que teve oportunidade de dizer numa reunião tida com o Conselho Directivo da Escola Homem Christo, que todas as negociações foram conduzidas com o pressuposto, com a certeza de que os professores não saiam daqui, se quisessem continuavam no concelho de Aveiro e que teriam o seu problema resolvido depois da reconversão da escola; em suma, disse tratar-se de uma questão a resolver em três anos e não uma questão de execução imediata. A terminar, salientou que compreende perfeitamente a posição dos professores, todavia considerou que toda a mudança tem os seus custos, há ligações nomeadamente afectivas que se criam ao local de trabalho e por isso a Câmara esperava este tipo de reacção por parte dos professores e alunos. Destacou também, que com a transferência do edifício para a Câmara Municipal, irá permitir a centralização dos serviços e ao mesmo tempo permitir também ao cidadão num espaço relativamente curto, tratar dos vários problemas junto das respectivas Repartições.

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Victor Martins, Jorge Nascimento e António Ferreira da Silva.

Aberta a discussão, usou da palavra o Vogal Victor Mangerão para intervir nos seguintes termos: -"Sr. Presidente, sem prejuízo de ulteriores intervenções sobre este tema, gostaria desde já de fazer uma intervenção circunstancial e directamente relacionada com a exposição do Sr. Presidente da Câmara. Digo sem prejuízo de ulteriores intervenções, porque penso que este assunto vai realmente suscitar larga controvérsia e discussão antes de ser posto à delibera

Fleury
M. - Superiores

ção desta Assembleia. E motivado directamente pela intervenção do Sr. Presidente da Câmara, quero dizer o seguinte: - reparei que talvez a maior parte da sua intervenção foi dirigida para o auditório que hoje temos, não para nós deputados da Assembleia Municipal. Isso significa que, desde logo é criada aqui uma bipolarização que falseia em muito a verdadeira natureza deste problema, que é um protocolo extremamente complexo, em que apenas uma das suas componentes é que é questão da desactivação da Escola Homem Christo. Por outro lado não posso deixar de ressaltar que realmente estar a dirigir de tal maneira em termos de diálogo para uma assistência, tanta prosa como o Sr. Presidente dirigiu, significa que em primeiro lugar aquela assistência não tem direito de réplica e em segundo lugar, pode-nos retirar a nós próprios o direito de fazermos as nossas intervenções.

Com este preliminar queria dizer o seguinte: - também me felicito pela assistência que hoje aqui está, mas por razões talvez diferentes daquelas do Sr. Presidente da Câmara. Não é a pensar em termos pedagógicos que daqui sairão possivelmente depois da sessão a que hoje assistirem, daqui sairão futuros autarcas muito conscientes e enfim bem formados, é a pensar precisamente que quando um determinado assunto diz respeito ao cerne da comunidade, toca de perto as pessoas, estas aparecem para ao menos tentarem perceber como é que os mecanismos democráticos funcionam para decidir essas questões. Isso eu acho extremamente salutar, independentemente do resultado das votações que aqui venham a ter lugar e por isso eu saúdo, só tenho que lastimar obviamente que mais vezes esta Assembleia, não tenha gente, gente nova, gente velha, professores, alunos, comerciantes, agricultores, etc., gente que se interesse em vir fiscalizar também o nosso trabalho aqui dentro e informarem-se eles também de como as coisas se passam quando vivemos um regime democrático como o nosso. Todos temos que ser responsabilizados pelas decisões, não apenas a Câmara, não apenas a Assembleia, porque afinal de contas é a colectividade que nos elegera a todos, cada um nas suas funções, cada um no seu papel.

Agora eu queria dizer o seguinte: - em primeiro lugar eu pessoalmente e penso que a minha bancada toda, não aceita que haja aqui uma discussão levada para um lado emocional que possa deturpar o verdadeiro sentido deste protocolo - portanto não vamos radicalizar isto em questões de desactivar ou não desactivar o Liceu. A desactivação do Liceu é apenas como já disse uma componente numa série de aspectos que este protocolo envolve e que pode suscitar grande controvérsia e que de qualquer forma tem que ser aclarado. E antes de aprofundar precisamente o sentido do protocolo no seu todo eu queria que o Sr. Presidente num momento que considerasse oportuno, esclarecesse o seguinte: - 1º., se bem entendo havia em P.I.D.A.C. duas Escolas aprovadas, já com despacho dado; posteriormente através das negociações entabuladas nasce a hipótese de uma terceira Escola, esta Escola também já tem despacho? 2º., se por acaso este protocolo não for ratificado por esta Assembleia quais

Thiery
Am - J. J. J. J. J.

as consequências? as candidaturas já foram apresentadas ao PRODEP? se foram são só candidaturas de duas escolas ou de três escolas? fica sem efeito nenhuma das candidaturas?. Penso que a resposta a estas questões são extremamente importantes, porque há posições que se podem assumir diferentemente conforme as consequências da deliberação aqui tomada.

Entrando apenas no preâmbulo desta discussão e depois cederei a palavra a outros oradores, porque penso que há comentários do Sr. Presidente da Câmara que forçosamente suscitarão réplicas se queremos ir a um esclarecimento completo desta questão. Eu penso o seguinte: - em primeiro lugar assistimos evidentemente a duas componentes completamente diferentes por um lado há uma problemática da rede escolar, não sei se por trás dessa problemática na maneira como ela é colocada neste momento ou através deste protocolo, se existe um planeamento da rede escolar da zona de Aveiro a médio prazo e a longo prazo, porque não sei se neste momento há em termos técnicos, com estudos feitos e sobretudo com lançamento de projecções sobre o desenvolvimento da população e o desenvolvimento das zonas urbanizadas novas e possivelmente o envelhecimento de outras zonas urbanas já existentes, não sei se existe realmente um estudo radicado na realidade futura que suscite a implantação das várias escolas e a desactivação de outras. Sem isto estar bem esclarecido, penso que é sempre pertinente criticar mesmo que injustificadamente, mas criticar pelo menos em termos metodológicos que se esteja a avançar para uma solução desta dimensão, até porque acontece isto - se hipoteticamente e se calhar houve um mínimo de estudo prévio em relação a duas escolas que já vêm do antecedente, como é a nova escola C+S de Cacia, a nova escola C+S de S. Bernardo, eu não sei se para a de Aradas existe esse estudo, porque a de Aradas, obviamente que nasce por conversações que nem sequer estavam previstas pela Câmara, quer dizer se a Direcção Regional não tivesse vindo ter com a Câmara em determinado momento a dizer assim - tirem as duas escolas do P.I.D.A.C. e talvez obtenham três do P.R.O.D.E.P. a Câmara não tinha avançado com Aradas e então nesse caso, parece-me que aqui no mínimo não digo que haja um improviso, também não direi que haja um oportunismo, mas há de qualquer forma um malabarismo - então porquê Aradas? então porquê não outro sítio, por exemplo porque não Eixo? se Eixo é um projecto tão antigo de que se fala da implantação de uma Escola deste tipo em Eixo, no entanto é em Aradas. Ora bem, isto é um facto consumado ou é um facto que se radica numa proposta que já tem fundamentos vindos de trás? é uma dúvida com que se fica, porque o protocolo não diz nada e pela explicitação do Sr. Presidente da Câmara, também não me parece que tivesse assim uma fundamentação, isto não é dizer que eu não desejaria pessoalmente que

Thiny
Am - J. Mendonça

houvesse pequenas escolas a nível das comunidades todas a cercar a cidade e dentro da própria cidade, não se trata de dizer aqui que Aradas não justifica, eu não sei se justifica ou não porque nunca vi o estudo e também não foi apresentado aqui. E que fique bem claro que aqui não há qualquer menosprezo pela importância de Aradas, como não há pela sobreimportância de Eixo ou por qualquer outra das implantações - não é isso que está em causa! estou só a dizer que não há uma clarificação como nós merecemos para esta aposta. Vou só referir-me à questão da transferência da Escola Homem Christo, não sei para onde, desactivação, para onde ninguém sabe, o que precisamente faz supor que não existe esse tal planeamento. Evidentemente que os Professores não serão prejudicados, os alunos também não sei quê e evidentemente será só daqui a três ou quatro anos; de qualquer forma não se dá um salto no escuro como não se faz uma ultrapassagem sem saber se lá vem alguém - é a mesma coisa, faltando por isso dados concretos. Mas eu queria dizer o seguinte - é que há uma perspectiva da Câmara que é em si mesma discutível em termos de filosofia de gestão, porque nada obrigava a Câmara a desactivar o Liceu para instalar os seus serviços, a Câmara poderia ter por exemplo sempre pensado que para instalar os seus serviços disseminados e concordo perfeitamente que é um ónus inclusivê para os próprios munícipes terem de andar de um lado para o outro, além de ser um ónus para os próprios funcionários da Câmara, para a gestão camarária - mas a Câmara poderia ter optado por fazer um edifício novo, a Câmara poderia ter optado por fazer um edifício novo, a Câmara poderia ter optado por isto - não ser neste momento oportuno, ser só daqui a mais não sei quantos anos, porque neste momento financeiramente é incomportável uma previsão desse género, a Câmara poderia ter tido outras opções, mas não, a Câmara aponta imediatamente para esta opção - já que a Direcção Regional dos Serviços nos pede um favor, nós vamos então dizer - leve favor, mas a contrapartida é esta - uma velha ideia nossa que é apanhar o edifício do Liceu, é agora. Tenho de dizer isto, porque me aborrece profundamente que alguém possa pensar, como eu já vi escrito, que a Câmara tem possíveis, eventuais suspeitíssimas, mesmo que à "la longue" intenções de especulação imobiliária com esta zona. Isto está escrito nos jornais e fiquei muito embaraçado, pois não me agrada nada que se ande aqui a misturar argumentos que não têm a ver com a profundidade da questão, obviamente que não é isso, trata-se de uma mera opção de gestão. Eu diria que um edifício aqui ao lado para instalar todos os serviços era ótimo, simplesmente a Câmara não é apenas um órgão meramente de gestão - infelizmente para a Câmara às vezes, mas felizmente também para a Câmara muitas vezes, também é um órgão representativo das coisas importantes da comunidade, mesmo dos valores gratuitos, mesmo dos valores sem valor económico nenhum, mesmo de valores não rentáveis - se não fosse assim não se recuperavam por exemplo os centros históricos, a maior parte era para deitar abaixo, não rendem nada, só dão trabalho - porque é que se preservam os centros históricos? então eu pergunto, porque é que

Ally
J. M. Mangerão

apesar de ser talvez a melhor solução em termos de gestão a desactivação deste Liceu, neste momento eu penso que pode ser em termos de opção da Câmara um erro, porque a Câmara como ente político que também é tem de assumir aquilo que são os valores e os sentimentos da colectividade que representa - esta Câmara de Aveiro tem que respirar conforme a gente de Aveiro respira, não conforme a gente de Viseu, aí é a Câmara de Viseu que tem que respirar à maneira de Viseu se quiser e se souber. E eu pergunto assim, é legítimo impor uma solução de gestão que signifique fechar aquilo que é das poucas instituições que esta cidade tem, que é este Liceu, com algum significado histórico e impor contra a reacção dos próprios utentes e possivelmente de toda a cidade - eu pergunto se houvesse um referendo em que fosse posta a questão linearmente às pessoas como nos referendos deve ser - sim ou não desactivar o Liceu? eu pessoalmente tenho o direito de pensar assim e estou convencido que as pessoas optariam por não desactivar o Liceu. Vão-me dizer assim, pois é mas se estivesse aqui a gerir a Câmara com os problemas de orçamento e com os serviços todos espalhados, havias de ver que era um bom negócio e que não é por causa de trinta ou cinquenta professores e de não sei quantos centos de alunos que ao fim de um ano ou dois anos habituam-se a ir para outros sítios, não é por causa disso que tu deixas de fazer um bom negócio, porque tu deves ser um homem que deves saber gerir bem a Câmara e a Câmara é uma estrutura empresarial. Repito, a Câmara não é só uma estrutura empresarial, porque senão nós fazíamos eleições como nas sociedades para accionistas, não fazíamos eleições através de eleições democráticas que estão consignadas na lei, é algo mais do que isso! e isso às vezes pode significar que tem de se impôr soluções que não são as mais rentáveis, mas são talvez as de maior valor moral. E eu julgo que, aqui nesta Assembleia já várias vezes nos lastimámos a começar pelo Sr. Presidente da Câmara de que a nossa pequena sociedade local infelizmente, talvez fruto dos tempos, anda muito pobre de valores morais e não sei se nesta crise de valores morais, temos o direito, mesmo que por bons critérios de gestão de fecharmos as pequenas coisas que ainda significam moralmente alguma coisa para Aveiro - e o Liceu Homem Christo, com todas as suas limitações, com todos os seus inconvenientes, etc., ainda significa alguma coisa e a prova está nisto que aqui está dentro desta sala e não tem sido costume aparecer-nos cá tanta gente nesta sala, seja para que assunto fôr, económico ou não económico".

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara, começou por referir que não pode aceitar de modo algum a suspeição de especulação imobiliária, considerando que a questão levantada serve apenas para agitar um fantasma e como tal não vale a pena falar sobre isso. Lamentou que o assunto tenha sido tratado na imprensa diária, todavia e dirigindo-se ao Vogal Victor Mangerão, salientou que o mesmo sabe perfeitamente quais são os problemas e quais as intenções.

Freixo
Am. J. J. J. J. J.

Relativamente à problemática da rede escolar, referiu que quem define a mesma é o Ministério da Educação. Prosseguindo, disse que estava previsto numa 1ª. fase em P.I.D.A.C., as duas escolas. Posteriormente e devido a dificuldades financeiras do Ministério, este solicitou à Câmara de Aveiro, bem como a outras Câmaras do País, que aceitassem a passagem desses projectos para o P.R.O.D.E.P.. A Câmara de Aveiro aderiu ao pedido e candidatou-se com as três escolas ao P.R.O.D.E.P.. Seguidamente, esclareceu que a Escola de Aradas, aparece inserida num estudo elaborado no âmbito do P.D.M., estudo esse que a Câmara enviou ao Ministério da Educação, isto é a Câmara fez a sua própria proposta da rede escolar que o Ministério aceitou e assimilou. Portanto existe de facto um projecto de rede escolar, com números, com estudo de fluxos, estudos de proveniência e origem, etc., destacando ainda que relativamente à escola de Aradas, a Direcção Regional, insistiu com a Câmara para que esta fosse implantada na zona periférica do concelho de Ílhavo, por pretender que a C+S de Aradas, sirva parte deste concelho; assim é o próprio Ministério que refere este facto e insiste em Aradas, porque tem problemas de distância muito grandes na zona periférica do concelho de Ílhavo, que confina efectivamente com Aradas, por isso, referiu que o problema não surgiu por mero capricho da Câmara, mas sim com base num estudo bastante elaborado. Salientou também que, após a construção destas três escolas, é preciso ter consciência de que a rede escolar de Aveiro não fica completa, daí haver já projecções para uma futura ampliação da rede escolar.

Continuando no uso da palavra, disse ainda que a conjuntura actual deve ser aproveitada pela Câmara, e que a desactivação da Escola Homem Christo, para aí instalar os vários serviços municipais é uma boa solução, pois muito embora se pudessem construir um edifício de raiz noutra local o seu custo comporta verbas elevadíssimas e se a gestão da Câmara não pode ser apenas economicista, a verdade é que a realidade do concelho de Aveiro neste momento não permite que se dê prioridade a este tipo de opção. Por outro lado salientou também que não gostaria de ver a Câmara de Aveiro envolvida num processo de construção com custos elevados, como se encontram outras Câmaras do País e que agora estão com dificuldades para concluírem alguns edifícios do género. Por isso, a Câmara de Aveiro, entendeu que a opção que tomou, irá resolver de uma forma suficiente e durante décadas o problema dos serviços municipais, numa zona que do ponto de vista da Câmara, parece efectivamente correcta, atendendo em vista nomeadamente a recuperação e a salvaguarda da Praça da República e dar a possibilidade também de futuramente se poder encarar a hipótese de demolição do edifício onde estão instalados a Assembleia Municipal, Serviços de Cultura, Finanças, etc..

Juiz
my
J. Almeida

Seguidamente o Vogal Joaquim Abreu, no âmbito da problemática escolar fez a seguinte intervenção: -"remonta aos anos do antes do 25 de Abril, toda a história da construção da escola deste tipo, na minha freguesia. A Assembleia de Freguesia de Eixo., a 14 de Janeiro de 1973, era Presidente da Junta de Freguesia, o saudoso professor Álvaro Tavares Santos Silva, já nessa altura se manifestava com satisfação pela implantação de uma escola, o que era assente. Estavam então previstas uma para Eixo, outra para Oliveirinha e outra para Cacia. Com o evento do 25 de Abril, todos estes projectos caíram no esquecimento, porém Eixo voltou a reactivar a sua pretensão no ano de 1967, altura em que decorreram démarches para a aquisição de terrenos em Eixo, para a construção da tal escola. Isto e é bom lembrar por incumbência do Sr. Dr. Girão Pereira, já nessa altura Presidente da Câmara Municipal de Aveiro. Os anos foram passando até que há cinco ou seis anos em 1985, ficou definida a construção de uma escola em Oliveirinha. Recentemente aparece a de Cacia. Eixo não levantou qualquer objecção pois entende existirem justificações suficientes para esta decisão; porém com o aparecimento recentissimo e em jeito de facto consumado das escolas de S. Bernardo e logo ao lado de Aradas, a Vila de Eixo não pode concordar; mesmo tendo conhecimento que a Câmara Municipal de Aveiro necessita de um edifício, do antigo edifício do Liceu José Estevão, para a instalação dos seus serviços, estamos convictos que uma das escolas atrás referida está a mais e que a Vila de Eixo, mais uma vez está a ser esquecida. A situação geográfica de Eixo, já em 1973, era tida como uma das condições, motivo de peso para a construção naquela localidade - não só Eixo, Azurva, Horta, seriam beneficiados, mas também grande parte deste concelho - Eirol, Carcavelos, Taipa, Requeixo, Mamodeiro, Carregal para não falar em Travassô, Loure, Pinheiro ou S. João de Loure. Por exemplo S. João de Loure, fica a 2 Km de Eixo, enquanto que Albergaria-a-Velha, fica a 10 Km. Vejo os autocarros todos os dias a passarem por Eixo, com alunos de muitas das localidades que referi, abarrotar em lotação e até em condições de insegurança. Quando há dias perguntei a um desses alunos como é que conseguia apanhar todos os dias o autocarro para Eixo, naquelas condições, disse-me simplesmente "à chapada". Quer isto dizer que os alunos disputam entre si o espaço naquele meio de transporte. Também o problema das distâncias é bem elucidativo; em Abril de 1990, a Junta a que presido voltou a reactivar todo o processo, dirigindo-se à Direcção Regional da Educação Centro, com conhecimento à Câmara Municipal de Aveiro. Por sua vez a Câmara, em reunião de 23 de Abril de 1990, deliberou por unanimidade dar parecer favorável à instalação da escola C+S, em Eixo. Criaram-se assim infundadas expectativas em toda a população da Vila de Eixo, de vir a concretizar-se finalmente um velho sonho daquela localidade. Porém contra todas essas expectativas na Reunião de 14 de Outubro do corrente ano a Câmara Municipal de Aveiro, dá-nos a conhecer com desapontamento para nós que iam ser construídas escolas secundárias, a de Cacia, que

July 1976

já estava planeada, Glória e S. Bernardo e Aradas. Cacia ^{sim,} nada objectamos; Glória e S. Bernardo para substituição do antigo Liceu José Estevão, vá com Deus - Aradas porquê? será que foram feitos estudos prévios? sobre o número de alunos e distâncias a percorrer, tendo em vista a redução do custo dos transportes? Será que a Vila de Eixo continua a ser esquecida de uma forma tão flagrante? Sr. Presidente, pretendo saber cozinhado tudo isto, porque o manjar apresenta-se com sabor amargo para toda a população da Freguesia de Eixo e não só".

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara, começou por referir que é inteiramente solidário com a preocupação manifestada na intervenção feita pelo Presidente da Junta de Eixo. De facto, considerou que se por acaso estivesse no seu lugar, tinha de igual modo ficado preocupado com o problema.

Reportando-se aos anos de 75,76, aquando da sua vinda para a Câmara de Aveiro, disse que se falava então muito nas escolas de Oliveirinha, Cacia e Eixo. Efectivamente foram feitas algumas diligências no sentido de que estas três escolas viessem a ser construídas, todavia é necessário situarmo-nos também no período difícil que foram os anos de 74/75 e 76, pese embora este facto, a Câmara deu sempre todo o apoio a essa pretensão. Acontece porém, que a rede escolar que é definida pelo Ministério da Educação, nunca incluiu Eixo, apesar de possuírem todos os elementos necessários. O Ministério aponta então para a zona de Aradas, com a preocupação de fazer uma cobertura escolar na parte do concelho de Ílhavo.

Prosseguindo, referiu que com a construção das escolas já referidas e autorizadas pelo Ministério, o concelho de Aveiro ficará com uma cobertura geográfica razoável, em termos escolares. Todavia, disse ser preocupante do ponto de vista de rede escolar, a zona de St^a. Joana e todo o cordão até Eixo, pelo facto do Ministério respectivo não prever a sua construção. No entanto pensa que o problema desta zona, será resolvido futuramente com a criação de escolas mais pequenas e que vem de facto fazer com que os alunos não sejam deslocados para a cidade, traduzindo-se isso em vantagens de vária ordem. Porém, é de opinião de que se deve continuar a insistir no sentido de que aquela zona, nomeadamente Eixo e Azurva, devido à sua grande densificação populacional, venha a ser contemplada com a construção de uma escola C+S; muito embora e em sua opinião pense que na escala da construção do equipamento educativo, será uma zona na qual irá nascer uma escola, embora de dimensões mais reduzidas.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Armando Vieira.

*Maria Am -
Deputado*

Usando seguidamente da palavra a Vogal Ester Martins, começou por se referir a toda a tramitação do processo relativo à desactivação da Escola Homem Christo, salientando que o mesmo primou pela falta de informação, quer para os professores que aí exercem a sua actividade e que sempre se empenharam ao longo dos anos no bom funcionamento do mesmo, quer ainda para a Associação de Pais e alunos daquele estabelecimento. Atribuindo por tal facto, culpas quer ao Ministério, quer ainda à Câmara Municipal de Aveiro. Prosseguindo, deu a conhecer ofícios que foram enviados ao Ministério respectivo, quer por professores, quer também pelo Conselho Directivo da Escola a manifestarem preocupação quanto ao futuro da escola em causa. Tais ofícios, obtiveram como resposta por parte daquele órgão, que as preocupações manifestadas não tinham qualquer fundamento, já que a Escola não iria ser transformada em C+S, nem o edifício alienado, reconhecendo-lhe valor histórico e cultural e considerando-o perfeitamente adequado para o funcionamento da Escola e que portanto não existia qualquer compromisso para a sua desactivação.

Continuando no uso da palavra pôs em causa a falta de informação e de dignidade que presidiu a todo o processo, pensando mesmo que a Câmara e o Ministério, acordaram que a matéria seria sigilosa até às eleições de Outubro, altura em que politicamente não importava já continuar a manter sigilo.

Face à situação exposta colocou as seguintes questões: - Porquê esta falta de informação? Se o Ministério estava consciente de que estava a agir bem, porque teve medo?

A terminar, salientou mais uma vez a falta de respeito e de dignidade que esteve patente em todo este processo.

No uso da palavra o Vogal João Peixinha, destacou o facto de pela primeira vez, neste mandato, a Assembleia registar a presença de um número tão elevado de munícipes; pelo que a sua bancada saúda todos os presentes, fazendo ao mesmo tempo votos para que em futuras sessões se continue a verificar uma tão forte assistência, pois esta é sem dúvida, um sinal de que as pessoas se interessam pelos problemas da sua cidade e do seu concelho.

Prosseguindo, considerou que a matéria em apreço é de grande interesse para Aveiro, o que significa que o processo da criação das escolas C+S tem que avançar. Todavia, referiu que não se pode dar como moeda de troca a Escola Homem Christo. Assim, no âmbito desta matéria, colocou as seguintes questões: - para a proposta de desactivação da Escola Homem Christo, foram ouvidas as Juntas de Freguesia, as Associações de Pais, os Professores? Então quem é que decidiu? Em sua

Alguns
supra

opinião, o projecto terá que ser analisado no seu todo e não apenas naquilo que a Câmara apresenta - "Escolas C+S, sim! mas sem trocas!"

Continuando no uso da palavra, perguntou ao Executivo, quando é que prevê a construção de uma Escola C+S, na freguesia da Vera-Cruz, posto que a zona de Sá-Barrocas irá num futuro próximo tornar-se numa grande zona habitacional e como tal a Câmara tem que ter esse aspecto presente.

Seguidamente, quis saber também qual a situação relativa a esta matéria, nas freguesias de Eixo e Nariz. Por outro lado, não lhe parece ser muito razoável falar-se em descentralização da população escolar, quando o que de facto se nota é a centralização das respectivas escolas, o que é bastante mau, segundo o Vogal.

A terminar, referiu que o Sr. Presidente da Câmara falou na possível desactivação da Escola Homem Christo, na qual este Vogal não acredita, e que um dos serviços a instalar nesse espaço seria os Serviços Municipalizados, os quais se debatem desde há muito com a carência de instalações adequadas; lembrando a propósito que a Câmara de Aveiro adquiriu em tempo as instalações do Clube de Aveiro, precisamente para aí instalar os S. Administrativos dos Serviços Municipalizados, só que até ao momento desconhece os motivos pelos quais a Câmara não procedeu a essa instalação.

No uso da palavra o Vogal António Salavessa, começou por referir que a unanimidade observada na Câmara em relação a esta matéria, não vincula obviamente o P.C.P., visto que este partido não está representado na Câmara. Disse também que é pena ter que se saudar aquilo que em seu entender deveria ser uma questão normal, que é a participação dos munícipes nas sessões da Assembleia Municipal e como a excepção se verifica hoje, naturalmente que se tem que saudar essa excepção, quando de facto isso deveria ser uma regra; contudo a sua bancada saúda também todos os presentes.

Relativamente à matéria em apreço, começou por dizer que de acordo com a minuta de protocolo apresentada a esta Assembleia Municipal, a Câmara apresentou uma proposta de alteração da rede escolar concelhia, donde resulta a criação para além das duas escolas que já estão despachadas, a criação de uma nova escola na freguesia de Aradas. Por isso, pretendeu saber em que é que se fundamenta essa proposta, bem como ser esclarecido, quanto ao porquê de uma escola C+S, em Aradas. Prosseguindo e reportando-se aos documentos distribuídos anteriormente, disse haver de facto uma proposta em poder dos membros desta Assembleia há já alguns meses, proposta essa integrada nos estudos prévios do P.D.M.. Tal proposta indicava que a reformulação da rede escolar devia acompanhar o P.D.M., tendo principalmente em conta as zonas que serão aprovadas. Assim, verifica-

*Thierry
Am-
Infernet* →

-se mais uma vez que se está a discutir a rede escolar antes de aprovado o P.D.M.. Entendendo que nesta matéria, deveria haver precedência da discussão do P.D.M., isto porque não é indiferente, se a expansão urbana de Aveiro se faz numa ou noutra zona. Lamentou o facto de não se ter vindo a seguir essa prática e como tal entende que se tem que discutir o que de facto aqui está hoje em discussão. Continuando no uso da palavra, colocou algumas questões, como por exemplo, se está a ser acompanhada a proposta incluída nos estudos prévios que a Câmara distribuiu a esta Assembleia e ainda relacionado com a mesma matéria, perguntou porque é que houve alteração das propostas que estavam inseridas nos estudos prévios do Plano Director Municipal, já que apenas a Escola de Cacia se mantém e em relação às outras - Vera-Cruz e Glória, houve alteração, querendo saber por isso o que justificou essa mudança. Prosseguindo, salientou que os números hoje distribuídos nesta Assembleia, foram os que resultaram do inquérito que a Câmara Municipal fez junto dos estabelecimentos de ensino deste concelho, os quais produziram respostas que segundo o gabinete do P.D.M., obteve uma excelente participação dos responsáveis escolares e que permitiu proceder a uma análise da situação do ensino, bem como proceder à programação no âmbito do P.D.M., da rede de equipamento - esse inquérito produziu uma proposta que está hoje já alterada. A Câmara não ligou aos estudos prévios do P.D.M., nem às suas ideias. Disse também que o número de escolas C+S a criar é apenas um dos vectores da proposta que foi apresentada pela Câmara a esta Assembleia - ou outros vectores dessa proposta são: - a transformação em escolas C+S, das actuais Escolas Preparatórias de Esgueira e João Afonso de Aveiro e que a Escola Secundária de Esgueira a n.º. 1 e a José Estevão, passem a ocupar-se apenas do ensino complementar. Ainda no uso da palavra, continuou a explanar sobre todo o processo inerente à Escola Homem Christo, considerando a questão dúbia e confusa, aumentando por isso as dúvidas em relação a esta matéria e por isso interrogou-se, na medida em que não sabe quais os estudos que estão correctos, se os estudos que a Câmara forneceu do P.D.M., ou aqueles que agora elaborou para apresentar à Direcção Regional da Educação Centro - . Assim quis saber quais as propostas que de facto correspondem a esses estudos. No entanto uma coisa parece clara - a Câmara pretende o edifício actual da Escola Secundária Homem Christo. De facto, considerou que pode até ser legítima essa pretensão, no entanto só pelo facto de ser um objectivo legítimo, não justifica qualquer atropelo ou qualquer medida para atingir determinado fim, nem que não se considerem outras alternativas.

A terminar formulou ainda algumas hipóteses que considerou perfeita - mente previsíveis dentro dos cenários por si apresentados, levantando consequentemente várias dúvidas e que em sua opinião não houve nesta matéria o diálogo necessário entre as entidades envolvidas no processo.

Fluiz
Am -
superior

O Vogal Manuel António, começou por dizer, que numa primeira apreciação deste protocolo, lhe pareceu que o mesmo teria o mérito de descentralizar as escolas. Todavia, depois de uma análise mais atenta verificou que realmente as sim não é, posto que, zonas como Eixo, Requeixo e eirol, vão continuar carenciadas destas infraestruturas. Assim, em seu entender tais zonas teriam muito mais necessidade deste tipo de infraestruturas do que propriamente Aradas.

Relativamente à desactivação da Escola Homem Christo, com vista à instalação e melhor centralização dos serviços municipais, disse ser por demais sa bido que tal medida não irá solucionar o problema, já que em seu entender a dis - persão de serviços irá continuar a existir.

A terminar e no que se refere à vida que se pretende dar à Praça da República, disse que mesmo com a Escola em actividade ela nunca existiu e não vê também que com a desactivação da referida escola, tal venha a acontecer. No en - tanto entende que é necessário resolver este problema, porém até hoje nada se fez nesse sentido.

Neste momento saiu da sala o Vogal Rogério Leitão.

Usando seguidamente da palavra o Vogal Óscar Paulo, referiu que quando fez parte da Junta de Freguesia da Vera-Cruz, há alguns anos, já se reivin dicava então para a zona de Sã-Barrocas uma escola C+S, todavia presentemente já nem se fala nisso. Considerou seguidamente que a desactivação da Escola Homem Christo e a construção de uma outra em Aradas, terá reflexos negativos na popu - lação estudantil residente nos bairros de Sã-Barrocas, Rossio, Bairro da Beira - Mar, bem como do Alboi, posto que os alunos residentes naquelas zonas têm que se deslocar para Aradas ou então para as escolas situadas na Av. 25 de Abril. As - sim e dada a carência de transportes públicos necessários para se efectuarem es - sas deslocações, há que ter em consideração a rede escolar e a defesa da C+S, não querendo também com esta tomada de posição prejudicar as outras freguesias.

No uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, começou por referir que os problemas da educação não podem ser vistos numa perspectiva de partidarismo, nem de pseudo liderança de pessoas, não podendo ainda serem objecto de soluções conjunturais de maiorias com assento na Câmara, na Freguesia, no Governo, etc. - os problemas da educação se forem mal decididos poderão comprometer os vindou ros de forma irreparável.

As soluções que se possam tomar nesta área têm que ser efectivamen te perenes, não podem ser soluções casuísticas ou pontuais, só porque queremos garantir determinado posto de trabalho neste ou naquele emprego, nesta ou naque - la escola, etc.; como seja ainda para garantir instalações aos serviços Munici - pais, que é óbvio se reconhece que estão mal instalados há vários anos.

Milly
Am
Subject 100

Prosseguindo, considerou que a solução para estes problemas passam sem dúvida por um consenso. Estamos perante uma Reforma Educativa, que o Ministro da Educação, cessante, lançou em diploma legal (Lei de Bases do Ensino). Todavia, referiu que lançar-se uma reforma educativa no papel é muito fácil, porém não é suficiente. O difícil, é implementar na prática essa reforma. Para tanto, torna-se necessária a contribuição dos professores, dos cidadãos, das autarquias, enfim de todos os parceiros sociais, já que de outra forma não haverá resultados positivos. Daí que, a solução que se possa tomar hoje nesta matéria, é muito importante e irá comprometer o futuro para bem ou para mal, de acordo com a decisão tomada.

De facto estão planeadas várias escolas C+S, todavia o que está em causa é saber-se se efectivamente se planeou uma rede escolar com tipologias de escolas previstas de acordo com a nova Reforma do Sistema Educativo. Disse também ser de opinião que se faça um amplo debate (que nunca foi feito) a nível concelhio para se definir a verdadeira rede escolar. Por outro lado a actual tipologia das escolas C+S, não corresponde à escola básica de 9 anos, como tal considerou que planear mais três escolas C+S, não faz sentido uma vez que não traduz a realidade dos tempos mais próximos.

Prosseguindo, disse ainda que, também a Rede Escolar de Aveiro à luz da Reforma Educativa não está nada bem, importando por isso dialogar com todas as partes interessadas, isto é, alunos, através das suas Associações, Associações de Pais, Professores, Autarquias e o próprio Ministério, com vista a encontrarem-se soluções concretas.

A nova rede escolar proposta prevê a criação de mais três escolas C+S, nas freguesias de Cacia, S. Bernardo e Aradas e prevê o encerramento da Homem Christo. Salientando que esta nova atitude, representa uma viragem de "180°", em relação aos estudos prévios do P.D.M., já distribuídos. Troca-se a "projectada" escola C+S de Agradas, pela de Aradas.

Numa perspectiva de instalações ideais de escolas básicas, poderá vir a verificar-se o encerramento por inadequação de alguns espaços já antiquados, mas se esses espaços não servem para fins escolares, muito menos servirão para aí instalar Serviços Administrativos e Técnicos da Câmara, uma vez que necessitarão de obras profundas de remodelação. Tal medida a ser aprovada, representará a Municipalização dos quatro cantos da Praça da República, a nascente, a sul, a poente e a norte. Futuramente não passarão jovens para a escola; estes darão lugar aos munícipes que vão tirar as suas licenças e pouco mais, portanto será o isolamento da Praça.

Considerou que a solução para a instalação dos Serviços Municipais, passa pela construção de instalações de raiz, de características arquitectónicas modernas e sólidas, funcionais e acessíveis quer para quem nelas trabalha quer para o público. Neste capítulo, considerou que tem faltado vontade política, coragem, antevisão e determinação, importando fazer estudos, projectos e planos que apontem para uma solução nesta matéria.

No quadro da existência dos Serviços Municipalizados/empresa, disse ser de opinião que não se devem juntar ou aproximar aos Serviços Administrativos da Câmara, devendo dar-se autonomia empresarial aos primeiros.

Relativamente à desactivação da Homem Christo, defende que a sua eventual desactivação - a ser absolutamente necessária - nunca poderá ocorrer antes da cobertura total do concelho de escolas básicas de nove anos, o que passa pela construção deste tipo de escolas em: Aradas, Cacia, Sã-Barrocas e Eixo, transformando as Preparatórias João Afonso e de Esgueira e afectando ao Secundário: José Estêvão, Nº1 de Aveiro e Secundária de Esgueira e deixando em reserva a Homem Christo até ao dia em que se mostre absolutamente desnecessário ou superfluo o seu funcionamento como C+S ou como Secundária apenas. Todavia com o ritmo de construção de Escolas a que se assiste, não será concerteza nos próximos vinte anos que se poderá desactivar a Escola Homem Christo.

Nessa altura outros responsáveis autárquicos e governamentais terão de decidir facilmente, a juzante da rede escolar concelhia já instalada, aquilo que hoje nos é proposto decidir a montante. Isto é, não está nada feito e querem que antes de estar tudo feito, se desactive o que está feito de há cem anos.

Por isso a bancada do P.S., não subscreverá a proposta da Câmara de Aveiro. Disse-se inicialmente que os problemas da educação só são bem resolvidos e de forma perene por consenso. No caso em apreço é notória a falta de consenso. Assim, propondo a revisão de todo este processo, disse que a sua bancada votará contra o projecto que é proposto nos termos actuais.

No uso da palavra o Vogal Jorge Nascimento, começou por dizer que não é especialista nem expert nesta matéria melindrosa que é a educação, e por isso consideraria até algum pedantismo da sua parte, envolver-se nesta temática. Todavia numa prespectiva de cidadão e como Vogal desta Assembleia, disse ver com bons olhos a criação de escolas nos vários pontos do concelho, evitando-se deste modo a deslocação dessa população escolar para a cidade. Por outro lado vê com muito pesar eventuais inconvenientes de professores que tenham provavelmente que se deslocar para locais mais afastados. Prosseguindo, disse ver com antipatia o

facto de se pretender encerrar um estabelecimento de ensino, contudo e em sua opinião, em matéria de educação há que agir com racionalidade e numa óptica de estrutura que não de conjuntura, não tendo por isso, que se atender apenas a meros interesses particulares, de grupos, etc., embora respeitáveis. Assim, numa óptica racional disse aderir à proposta, já que a mesma é apoiada por um estudo da Direcção de Planeamento, por um estudo de um gabinete interno da Câmara e aprovada por unanimidade de uma Vereação, que tem alguma obrigação de ser mais profunda no seu metier, do que propriamente os Vogais desta Assembleia, já que estes não desempenham funções a tempo inteiro.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Arlindo de Macedo Bastos.

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara, começou por referir que relativamente à questão dos edifícios levantada pela Vogal Ester Martins, existiram de facto dois edifícios, que surgem numa altura em que não havia ainda aquela situação já por si referida do próprio Ministério solicitar às Câmaras que recorressem ao P.R.O.D.E.P., para a construção de Escolas.

Prosseguindo, manifestou a sua solidariedade para com a Directora Regional da Educação Centro, pelo facto de ter sido bastante realista na condução deste processo, para que na Região Centro se cumprisse o Plano.

Continuando no uso da palavra, referiu que não corresponde à verdade a hipótese levantada quanto às entidades envolvidas neste processo, manterem sigilo sobre a matéria até às eleições. Relativamente à implantação de escolas no concelho, considerou que a freguesia de S. Jacinto, justifica plenamente uma pequena unidade escolar que alcance toda aquela população, impedindo assim o difícil trajecto diário para a cidade. Todavia isso não será possível, na medida em que o Ministério não aceita de maneira nenhuma que S. Jacinto tenha uma unidade do género, isto apesar da Câmara ter feito já algumas tentativas quanto à sua possível implantação. Relativamente às freguesias de Nariç e Requeixo, disse pensar que se caminha um pouco para que o ensino se torne uma realidade, nessas freguesias.

Prosseguindo e de acordo com os estudos feitos, disse ainda não corresponder à verdade que com a nova rede escolar a população estudantil de Vera-Cruz, passe para as freguesias de S. Bernardo e Oliveirinha, ao contrário quem deixa de vir para a cidade são os alunos de Aradas e Cacia.

Relativamente à Escola designada por Glória/S. Bernardo, admitiu que haja alguma confusão, na medida em que a localização desta Escola, que no P.I.D.A.C., consta como situada na freguesia da Glória, porém referiu que é muito difícil a sua implantação na zona periférica daquela freguesia, tendo mesmo os próprios

técnicos hesitado a dada altura na sua localização, por esta ser fronteiraça podendo por isso acontecer que venha a incidir entre as duas freguesias, daí aparecer nos estudos a expressão Glória/S. Bernardo.

No que se refere à questão da instalação dos Serviços Administrativos dos S. Municipalizados, no edifício do Clube de Aveiro, disse que os próprios Serviços, manifestaram na altura alguma resistência e chegou-se à conclusão que tinha que se dar outro destino àquele edifício. Considerou seguidamente importante a centralização dos Serviços Autárquicos e que o edifício da Homem Christo se adapta a esse fim.

A terminar referiu que de momento não se justifica a implantação de uma escola nas Agradas do Norte, no entanto salientou que ficará previsto no planeamento físico daquela zona, a área para que um dia seja construída uma unidade escolar.

Novamente no uso da palavra o Vogal Victor Mangerão, começou por tecer algumas considerações relativas à matéria em causa, salientando que entre os dois censos populacionais, o actual e o anterior, praticamente não houve variação na população escolar deste concelho, rondando essa população escolar os dez mil e quinhentos alunos; considerou este aspecto muito importante, uma vez que é do conhecimento geral que a tendência é para a sua diminuição. Concretamente na área do ensino básico (até ao 9.º ano), no concelho de Aveiro existem cerca de cinco mil e quinhentos alunos, assim e se as escolas previstas funcionarem, serão absorvidos quatro mil e quinhentos, sobrando mil que serão para colocar numa outra escola, que ainda não existe, dado que se discute ainda a sua implantação. Surpreendendo-se por isso, como é que uma escola que vai onerar financeiramente a autarquia, está a pensar-se contribuir para o desenvolvimento escolar e para a colocação de alunos do concelho de Ílhavo. Querendo saber por isso se o concelho de Ílhavo vai retribuir financeiramente à Câmara de Aveiro e ainda em que local concretamente se vai implantar a escola de Aradas, bem como se a mesma não é somente para servir a população escolar de Aradas.

Em relação à colocação de uma terceira escola no concelho, é de opinião que o critério para a implantação dessa escola, teria toda a prevalência em Eixo, ou seja em termos de prioridades talvez Eixo devesse de prevalecer sobre Aradas, já que uma parte dessa escola servirá um concelho limítrofe (Ílhavo). Assim, considerou também que uma escola bem situada entre S. Bernardo e Aradas, resolveria o problema da população escolar daquela zona; enquanto que a população escolar do extremo do concelho (Eixo) que também são gente de Aveiro, fica sem o seu problema resolvido.

Aluiz
Superfecto

Continuando no uso da palavra, referiu que deve ficar bem claro que foi a Câmara Municipal de Aveiro que propôs à Direcção Regional da Educação Centro, a desactivação da Escola Homem Christo, como contrapartida da participação dada pela autarquia à construção das três novas escolas, não sendo por isso uma opção dos Serviços de Planeamento Regionais do Ministério da Educação, já que estes nunca fizeram propostas no sentido de desactivar a Escola Homem Christo.

A terminar a sua intervenção, defendeu que apesar dos inconvenientes que o edifício em causa possa ter, contribui de certo modo para aquilo que são valores simbólicos em termos de integração no próprio conceito de cidade nova, que se deseja já que a existência de uma escola dentro da cidade é uma fonte vivificadora da mesma, ao contrário a dispersão de escolas/^{mesmo} medidas que sejam em campos relvados, desértificam a cidade. Assim, considerou extremamente importante que a escola Homem Christo, permaneça naquele local, pelo menos enquanto não surgir uma alternativa melhor.

Neste momento saiu da sala o Vogal Nuno Tavares.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Cruz Tavares, solicitou esclarecimentos relativos à alternativa Aradas/Eixo, já que este problema foi levantado durante a discussão, todavia não foi dada qualquer resposta por parte do Executivo. Disse também faltarem esclarecimentos no que se refere à contradição nítida entre o P.D.M. e as propostas que emanam da Direcção de Planeamento. A terminar quis saber ainda porque é que a Câmara tem em prioridade, a preocupação de instalar os seus serviços num edifício que tem uma coerência arquitectónica exterior que é compatível com a Praça onde se situa e que de um modo geral toda a gente considera que é intocável a arquitectura desse edifício, pretendendo lá instalar serviços que vão de certeza comprometer a arquitectura interna do edifício, já que não é possível instalar lá serviços eficientes, sem se mexer com a compartimentação interior. Por outro lado, disse também não compreender muito bem, como é que se pretendem instalar serviços à custa da desinstalação de uma Escola Secundária que está a funcionar sem qualquer tipo de reclamação.

No uso da palavra o Vogal António Salavessa, disse que apesar da discussão do problema, ficou sem saber exactamente se a matéria relacionada com a localização das escolas C+S, é proposta da Câmara Municipal ou da D.R.E.C..

Pretendeu saber também se existe uma calendarização das diversas acções relacionadas com a criação das escolas, ou seja, quando é que as Secundárias existentes passam somente a ministrar o complementar; quando é que as Preparatórias existentes passam a C+S; quando é que se prevê o início do funcionamento da escola de Aradas e finalmente quando é que se prevê a extinção da Escola Homem Christo.

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara, começou por se referir à qualidade de vida no âmbito escolar, sendo de opinião que essa qualidade de vida passa pela dispersão de escolas pelo concelho, uma vez que com este procedimento não se desentifica de modo algum a cidade, havendo apenas que criar outro tipo de actividades, por outro considera que com a implantação de escolas em outros locais do concelho, se vai vivificar essas zonas, harmonizando-se assim o concelho e não apenas a cidade, dado que a Câmara deve ter uma visão global do concelho.

Relativamente às "contrapartidas", disse que a Câmara assume toda a responsabilidade, não sendo de esperar outra coisa e assume a responsabilidade de uma medida que pode ser impopular, não estando de modo algum a tentar passar para futuras Câmaras o ónus da resolução tomada. Salientou que a Câmara teve a plena consciência, do alcance da resolução tomada e por isso votou em unanimidade, na plena convicção de que estava a prestar um serviço a Câmaras futuras - sendo esta a convicção da Câmara e por isso a assume.

No que se refere à alternativa Aradas/Eixo, a decisão é da responsabilidade do Ministério, que optou por Aradas, com base em estudos efectuados.

Quanto à questão da localização das escolas C+S, disse que a proposta é das duas entidades.

Finalmente referiu algumas dificuldades relacionadas com verbas provenientes do P.R.O.D.E.P..

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Rogério Leitão.

Seguidamente, também o Vereador Celso Santos, prestou alguns esclarecimentos sobre a matéria em apreço, referindo-se nomeadamente à necessidade de criação de novas escolas no concelho, concretamente Eixo, bem como noutras freguesias carenciadas deste tipo de estruturas.

Não se registando mais intervenções, o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia, o Ponto nº. 1, da convocatória - ENSINO PREPARATÓRIO E SECUNDÁRIO - CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS C+S, NO CONCELHO - PROTOCOLO, tendo o mesmo merecido aprovação por dezanove votos a favor, do C.D.S., quinze contra e uma abstenção.

Seguiram-se declarações de voto dos seguintes Vogais:

Do Vogal António Salavessa, nos seguintes termos: *António Salavessa* - "Votei contra, porque não foram completamente esclarecidas as dúvidas apresentadas durante o debate, porque as propostas apresentadas não correspondem aos estudos prévios do P.D.M., porque o protocolo é omissivo em questões importantes que deviam ser objecto de compromisso, nomeadamente o calendário da entrada em funcionamento das escolas previstas e o calendário de outras acções que foram evocadas, nomeadamente a transformação das Preparatórias existentes em C+S e a saída do 7º., 8º. e 9º. ano das Secundárias actuais. Em último, porque não houve o diálogo necessário por Estabelecimentos de Ensino, Associações de Pais e outras entidades, como a Assembleia no sentido da proposta ser consensual".

Do Vogal Custódio Ramos, nos seguintes termos: -"Apesar de apoiar-mos a criação das Escolas de Cacia, Glória, S. Bernardo e Aradas, votamos contra o projecto de protocolo em causa, por um lado na convicção de que não será prejudicada a construção de novas escolas e por outro lado, em virtude de não concordarmos com o encerramento da Escola Homem Christo, nos prazos e nos termos propostos, não só porque o seu funcionamento como Escola, irá continuar a ser necessário durante muitos mais anos, sendo certo ainda que os seus espaços não têm condições para instalar Serviços Administrativos e Técnicos, Municipais, numa óptica de modernização, comprometendo o futuro, sem o necessário consenso sobre esta matéria educativa".

Do Vogal Victor Mangerão, nos seguintes termos: -"Votamos contra a ratificação do protocolo proposto por considerar que a negociação entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Direcção Regional dos Serviços de Educação concretizou opções que, no plano de novas escolas, não assentam em estudos claros face ao desenvolvimento urbanístico e aos trabalhos prévios do P.D.M..

Por outro lado, a desactivação do Liceu Homem Christo não corresponde a uma decisão tomada no contexto educativo mas /^{sim} a uma escolha de gestão política susceptível de prejudicar valores fundamentais da comunidade aveirense.¹⁾

Do Vogal Cruz Tavares, nos seguintes termos: -"Votei contra, não por não desejar a criação de novas escolas, mas por reconhecer que existe incoerência técnica na fundamentação do protocolo, por reconhecer que existe falta de articulação da Câmara Municipal, com o funcionamento dos utentes da Escola Homem Christo e por reconhecer de uma maneira geral, uma incoerência que en -

volve todo o protocolo, à excepção de uma coerência partidária que fica ratificada pela posição da bancada que apoia o executivo".

Do Vogal José Luís Christo, nos seguintes termos: -"Votei a favor e não estou a falar em nome da minha bancada, votei a favor sem qualquer margem para dúvida, por ser uma decisão política acertadíssima que só peca por tardia. Lembro-me que quando fui aluno do Liceu de Aveiro, já nessa altura, quem pensava nos problemas globais de Aveiro e os problemas globais de Aveiro, não são apenas os dos professores, os problemas globais de Aveiro não são apenas os dos alunos, os problemas globais de Aveiro não são apenas os da Câmara Municipal, os problemas globais de Aveiro não são apenas os dos Serviços Municipalizados, quem pensava nos problemas globais de Aveiro e os equacionava, verificava que a solução ideal para a solução de muitos problemas, era efectivamente a desactivação da Escola, hoje chamada Homem Christo, que foi o meu querido Liceu José Estevão e eventualmente ficarem -lhe adstritos e muito dignamente adstritos aos serviços da Câmara Municipal de Aveiro".

Seguidamente o Presidente da Mesa, interrompeu os trabalhos para o jantar. Consultado o plenário sobre se estes prosseguiriam após o jantar, não se verificou quorum, pelo que a Mesa deu a reunião por encerrada, eram 21,00 Horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.

Traccccio
António
J. Fernando